

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

KARINE MACHADO FAGUNDES

**INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
SOBRE SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE COMBATE,
COM RELATOS DE CASOS REAIS**

São Borja

2025

KARINE MACHADO FAGUNDES

**INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
SOBRE SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE COMBATE,
COM RELATOS DE CASOS REAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de
licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Janilton Nunes

São Borja

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

F151i Fagundes , Karine Machado

Intolerância Religiosa nas Escolas: Um Estudo Bibliográfico sobre suas Causas, Consequências e Estratégias de Combate, com Relatos de Casos Reais / Karine Machado Fagundes .

41 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2025.

"Orientação: Janilton Nunes".

1. Educação inclusiva . 2. Escolas brasileiras . 3. Intolerância religiosa . I. Título.

KARINE MACHADO FAGUNDES

**INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
SOBRE SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE COMBATE,
COM RELATOS DE CASOS REAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de
Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. (titulação). (Nome do Orientador)
Orientador
(sigla da
instituição)

Prof. (titulação). (Nome do membro da
banca) (sigla da instituição)

Prof. (titulação). (Nome do membro da
banca) (sigla da instituição)

KARINE MACHADO FAGUNDES

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE COMBATE, COM RELATOS DE CASOS REAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02 julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Janilton Fernandes Nunes

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Maurer

35º Coordenadoria Regional de Educação

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero.

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/07/2025, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Maurer, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JANILTON FERNANDES NUNES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/07/2025, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1776405** e o código CRC **B5B12057**.

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me incentivou, apoiou e acreditou em mim ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Sem o amor, a paciência e a força de vocês, a realização deste curso não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que guiou e fortaleceu meu caminho ao longo desta jornada. Manifesto minha profunda gratidão à minha família, cujo amor e apoio foram fundamentais para superar os desafios encontrados. Por fim, agradeço à instituição de ensino, que proporcionou os recursos e o ambiente necessários para a realização deste estudo.

“A educação é um ato de coragem,
por isso, um ato de coragem não
pode temer o debate”.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo aborda a intolerância religiosa nas escolas em um contexto nacional, examinando suas causas, consequências e as estratégias de combate adotadas no cenário educacional. O objetivo deste trabalho é compreender, por meio de uma abordagem metodológica mista, que inclui uma pesquisa bibliográfica aprofundada e uma pesquisa quantitativa, como a discriminação religiosa afeta o ambiente escolar, gerando exclusão, preconceitos e conflitos tanto entre alunos quanto entre professores. O trabalho identifica fatores como a falta de educação formal sobre diversidade religiosa, a estigmatização de minorias religiosas e preconceitos culturais enraizados como as principais causas desse problema. As consequências incluem impactos negativos no desempenho acadêmico dos estudantes, bem como efeitos adversos na saúde mental e na socialização, prejudicando o ambiente de aprendizado. A pesquisa também explora as diversas medidas adotadas para mitigar o problema, como a implementação de programas de educação em direitos humanos, a formação contínua dos docentes e as iniciativas de conscientização sobre a importância da diversidade religiosa no cotidiano escolar. O estudo conclui que estratégias integradas e colaborativas entre escola, família e sociedade são essenciais para a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e respeitoso, no qual a intolerância religiosa seja ativamente combatida e superada.

Palavras-chave: intolerância religiosa; escolas brasileiras; diversidade religiosa; educação inclusiva.

ABSTRACT

This study addresses religious intolerance in schools in a national context, examining its causes, consequences, and the strategies adopted to combat it in the educational setting. The objective of this work is to understand, through a mixed methodological approach that includes in-depth bibliographical research and quantitative research, how religious discrimination affects the school environment, generating exclusion, prejudice, and conflicts among both students and teachers. The work identifies factors such as the lack of formal education on religious diversity, the stigmatization of religious minorities, and deep-rooted cultural prejudices as the main causes of this problem. The consequences include negative impacts on students' academic performance, as well as adverse effects on mental health and socialization, damaging the learning environment. The research also explores the various measures adopted to mitigate the problem, such as the implementation of human rights education programs, ongoing teacher training, and awareness-raising initiatives on the importance of religious diversity in everyday school life. The study concludes that integrated and collaborative strategies between school, family and society are essential to create a truly inclusive and respectful school environment, in which religious intolerance is actively combated and overcome.

Keywords: religious intolerance; Brazilian schools; religious diversity; inclusive education.

LISTA DE ABREVIATURAS

p. -
página
art. -
artigo

LISTA DE SIGLAS

SP - Estado de São Paulo

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2.1	Contexto Histórico.....	15
3	COMPREENDER O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	18
3.1	Causas da Intolerância Religiosa nas Escolas.....	20
3.2	Consequências da Intolerância Religiosa no Ambiente Escolar.....	21
3.3	Estratégias de combate à intolerância religiosa nas escolas.....	23
4	EDUCAÇÃO E RELIGIÃO.....	23
5	RELATOS DE CASOS REAIS E ESTUDOS EMPÍRICOS.....	24
6	IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.....	26
7	PAPEL DA FAMÍLIA NO COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS.....	28
8	RESULTADOS.....	29
8.1	Questionário.....	31
9	DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	32
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A intolerância religiosa nas escolas é um fenômeno complexo e preocupante que reflete a falta de respeito e compreensão entre indivíduos de diferentes crenças e religiões. Em um país como o Brasil, que possui uma grande diversidade religiosa, a intolerância religiosa pode resultar em situações de discriminação, violência verbal e até física, afetando o ambiente escolar e prejudicando o desenvolvimento dos alunos (MACHADO, 2018). Segundo Pinto (2020), a violência religiosa nas escolas pode gerar um ambiente hostil que prejudica o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, impactando sua formação integral.

Além disso, em contextos escolares, a intolerância religiosa está muitas vezes associada a outras formas de preconceito, como o racismo, o que agrava a situação de vulnerabilidade de estudantes pertencentes a minorias religiosas. No Brasil, as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, são frequentemente alvo de discriminação, o que é apontado por Santos (2019), que observa que o fenômeno não se limita apenas a incidentes isolados, mas a uma cultura de discriminação enraizada na sociedade brasileira.

A falta de ações efetivas por parte da gestão escolar e da sociedade em geral contribui para a persistência desse problema, afetando negativamente a convivência entre estudantes de diferentes crenças e enfraquecendo o ambiente educacional (SOUZA, 2017).

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre a intolerância religiosa nas escolas, investigando suas causas, consequências e as estratégias de combate adotadas no contexto educacional.

A delimitação deste estudo enfoca especificamente a intolerância religiosa vivenciada nas escolas brasileiras, abordando as principais formas de discriminação religiosa observadas nas relações entre alunos, professores e a instituição escolar, bem como as possíveis medidas que podem ser adotadas para combater esse problema.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a intolerância religiosa nas escolas, suas causas, consequências e as abordagens pedagógicas, legais e sociais para prevenir e combater esse fenômeno. Os objetivos específicos são: (i) realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da intolerância religiosa no

ambiente escolar; (ii) identificar as principais causas da intolerância religiosa entre os estudantes; (iii) examinar as consequências desse comportamento para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos; (iv) investigar as estratégias e práticas adotadas pelas escolas para combater a intolerância religiosa; e (v) apresentar relatos de casos reais como complemento empírico à análise teórica.

A escolha deste tema justifica-se pela relevância social e educacional da questão, uma vez que as escolas desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos respeitosos e tolerantes. A intolerância religiosa nas escolas não apenas prejudica o ambiente de aprendizagem, mas também reforça estereótipos negativos e práticas discriminatórias que podem perdurar na vida adulta. A metodologia adotada para este estudo será a revisão bibliográfica, incluindo estudos acadêmicos, artigos técnicos, livros e publicações científicas relacionadas à intolerância religiosa nas escolas. Além disso, serão coletados relatos de casos reais, que servirão como exemplo de situações vivenciadas no cotidiano escolar. A pesquisa se concentrará na análise crítica e comparativa das abordagens teóricas e práticas existentes sobre o tema.

O estudo está organizado em quatro capítulos principais. O primeiro capítulo apresenta a definição de intolerância religiosa abordando aspectos históricos. O segundo capítulo explora as causas e fatores que contribuem para o surgimento da intolerância religiosa no contexto escolar, abrangendo propriedades culturais e sociais que influenciam esse fenômeno. No terceiro capítulo, são analisadas as consequências da intolerância religiosa, destacando o impacto nos alunos e no ambiente escolar, tanto no aspecto emocional quanto acadêmico. O quarto capítulo discute as estratégias de combate e prevenção adotadas pelas escolas, baseando-se em relatos de casos reais e nas medidas educacionais mais eficazes para lidar com a intolerância religiosa. Por fim, a conclusão do estudo sintetiza as principais descobertas, trazendo uma reflexão sobre a importância da convivência religiosa nas escolas e sugerindo ações para a melhoria do ambiente escolar.

2 CONCEITO DE INTOLERÂNCIA

De acordo com o dicionário Aurélio, "tolerância" refere-se à qualidade de ser tolerante, ao ato de tolerar e ao respeito pela diversidade de opiniões e crenças (FERREIRA, 2017, p. 743). A tolerância implica a aceitação das diferenças, a convivência com outros pontos de vista e a indulgência com erros e faltas. A palavra "tolerar" está relacionada à ideia de aceitar ou conviver com algo ou alguém, mesmo que discordemos ou não aprovemos, o que a torna um conceito central no entendimento das relações sociais, especialmente quando se trata de diferenças religiosas.

Na perspectiva cristã, a tolerância é considerada um dos frutos do Espírito Santo, conforme descrito em Gálatas 5:22, junto com outros valores como paz, paciência e benevolência. Esses ensinamentos influenciam a construção do conceito de tolerância, não apenas no contexto religioso, mas também na sociedade em geral. A tolerância, nesse sentido, está intimamente ligada ao "princípio da igualdade", que é um dos pilares da Constituição Brasileira de 1988, no artigo 5º, que garante o direito à igualdade sem distinção de religião, raça, cor ou qualquer outra característica. Em um contexto global, o Direito Internacional também reforça esse princípio de tratamento igualitário, buscando garantir a convivência pacífica entre diferentes culturas e crenças. A intolerância religiosa, em sua definição geral, refere-se à atitude de rejeição ou desrespeito às crenças e práticas religiosas de outros, e pode se manifestar de diversas maneiras, tanto em nível individual quanto coletivo. Ela é frequentemente alimentada por uma visão dogmática e inflexível, na qual a crença de um grupo é vista como a única verdadeira e legítima, desqualificando outras formas de espiritualidade ou de expressão religiosa.

2.1 Contexto Histórico

Historicamente, a intolerância religiosa tem suas raízes em disputas e conflitos religiosos, especialmente no contexto ocidental. Nos séculos XVI e XVII, o conceito de tolerância religiosa começou a ser incorporado ao direito, tornando-se um tema importante nas discussões jurídicas e políticas (RAWLS, 1993). Como aponta Habermas (2007, p. 280), a palavra "tolerância" em inglês distingue-

se da "toleration", que possui uma conotação jurídica. No entanto, em outros idiomas, como o alemão, ambas as noções são expressas pela mesma palavra. A tolerância, portanto, evoluiu de um conceito religioso para um princípio jurídico-político que visa assegurar a convivência pacífica entre diferentes religiões.

Dessa forma, a intolerância religiosa, especialmente no contexto escolar, não é apenas um reflexo de desentendimentos pontuais, mas um fenômeno profundamente enraizado em questões históricas, políticas e culturais (HABERMAS, 2007; TAYLOR, 1998). A compreensão desses aspectos teóricos e históricos é essencial para a construção de estratégias eficazes de enfrentamento e prevenção da intolerância religiosa, especialmente em ambientes educacionais (SINGER, 2004).

A intolerância religiosa é um fenômeno amplamente debatido nas áreas de sociologia, educação e direitos humanos, sendo considerado um desafio significativo para a convivência pacífica em sociedades pluralistas. Esse fenômeno se manifesta de diferentes formas, afetando tanto as relações sociais quanto os espaços educacionais, e é frequentemente abordado em estudos que visam promover o respeito à diversidade e a garantia de direitos fundamentais (SANTOS, 2017). Zygmunt Bauman (2017), sociólogo polonês, contribuiu para a análise da intolerância ao discutir as dinâmicas sociais da modernidade líquida, onde as identidades e as relações sociais são fluidas e em constante transformação, o que facilita o surgimento de conflitos relacionados à religião e à crença.

As manifestações da intolerância religiosa nas escolas podem assumir várias formas, variando desde atitudes sutis de exclusão até agressões físicas e verbais explícitas. De acordo com Silva (2019), um dos aspectos mais comuns da intolerância religiosa nas instituições educacionais é o bullying, no qual estudantes são ridicularizados ou marginalizados por suas crenças religiosas, ou mesmo pela ausência delas. Além disso, há relatos de agressões verbais e físicas, nas quais estudantes que professam religiões consideradas "minoritárias" são alvos de ataques devido à sua identidade religiosa. Essas manifestações de intolerância não apenas afetam o bem-estar emocional dos alunos, mas também contribuem para a criação de

um ambiente escolar hostil, prejudicando o processo educativo e a convivência pacífica entre diferentes grupos religiosos.

A distinção entre preconceito e intolerância religiosa é uma questão importante para se compreender a complexidade desse fenômeno. Enquanto o preconceito é uma atitude negativa e estereotipada em relação a um grupo social ou religioso, a intolerância vai além, tratando-se da negação do direito ao outro de professar suas crenças ou de conviver pacificamente com as diferenças. Segundo Goffman (2009), o preconceito pode se manifestar de forma velada e menos agressiva, através de estigmatizações ou exclusões, enquanto a intolerância religiosa se traduz em ações diretas de imposição de uma visão religiosa sobre a outra, podendo resultar em violência ou discriminação. Nesse sentido, a intolerância religiosa não é apenas uma atitude discriminatória, mas uma violação dos direitos fundamentais do indivíduo, como a liberdade de crença e o direito à educação sem discriminação.

As inter-relações entre preconceito e intolerância religiosa são evidentes, pois muitas vezes o preconceito é a base para a intolerância. A estigmatização de um grupo religioso ou de seus membros pode levar a uma reação intolerante, na qual o outro é visto não apenas como inferior, mas como uma ameaça à própria identidade ou à ordem social. Esse ciclo de preconceito e intolerância pode ser combatido por meio de políticas educacionais que promovam o respeito à diversidade religiosa e a compreensão de que as diferenças são enriquecedoras e não motivo para segregação.

Em termos de educação, é crucial que as escolas adotem práticas pedagógicas que incentivem a convivência harmônica entre estudantes de diferentes religiões. A promoção da tolerância religiosa e o combate à intolerância devem ser vistos como uma responsabilidade coletiva, envolvendo não apenas os educadores, mas também as famílias e a sociedade em geral. Em um contexto globalizado, onde as interações culturais e religiosas são cada vez mais frequentes, as escolas desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de respeitar e conviver pacificamente com as diferenças. A rejeição às religiões afro-brasileiras, como observa Renato da Silveira (2006), tem suas raízes no período escravocrata, quando o Brasil era dominado pela Igreja Católica. Nesse contexto, qualquer prática religiosa diferente era considerada

crime, e os escravizados não tinham liberdade para expressar suas crenças. Ao serem trazidos da África, muitos foram proibidos de praticar suas tradições religiosas nativas. Entre os séculos XVI e XIX, estima-se que 3,6 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil, provenientes principalmente da Nigéria, Benin, Angola, Congo e Moçambique, conforme apontado por Bastide (1978). Apesar da repressão, os escravizados preservaram elementos de suas heranças culturais e religiosas, adaptando-se às condições impostas.

O sincretismo religioso foi uma estratégia crucial para a sobrevivência das tradições africanas. Praticantes associavam divindades africanas, como os Orixás, Nkisis e Voduns, a santos católicos para evitar perseguições da Igreja e do Estado. Esse processo não apenas garantiu a continuidade dos rituais, mas também deu origem à pluralidade das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé, Xangô e Tambor de Mina. O surgimento dos primeiros terreiros ocorreu após a abolição da escravidão, com o terreiro Casa Branca do Engenho Velho sendo um dos mais antigos, inaugurado em 1830.

A regionalização das práticas religiosas e a constante adaptação às condições sociais moldaram as religiões afro-brasileiras em suas formas atuais. O sincretismo religioso foi fundamental, permitindo que os rituais incorporassem elementos das diversas culturas africanas trazidas ao Brasil, consolidando uma rica tradição espiritual que resiste às adversidades históricas. Esses movimentos refletem a resiliência dos escravizados e seus descendentes na luta pela preservação de sua identidade cultural e religiosa.

3 COMPREENDER O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR

O ambiente escolar é um espaço dinâmico, onde processos educativos e sociais se entrelaçam com o objetivo de formar indivíduos conscientes e preparados para a convivência em sociedade. A escola desempenha um papel social crucial, sendo responsável pela promoção da socialização, pela formação ética e pela construção de valores essenciais para a harmonia social (NOBRE; SULZART, 2018)..

A religião no ambiente escolar pode tanto promover o respeito mútuo quanto gerar tensões quando mal compreendida. Como aponta Ataíde (2017), a imposição de uma cultura religiosa sobre outra pode reforçar desigualdades e

preconceitos, ao invés de estimular o respeito à diversidade, ele reforça que todos são responsáveis por garantir que as crenças religiosas, como parte do multiculturalismo, sejam compartilhadas e respeitadas, sendo fundamentais para o desenvolvimento humano.

Apesar de avanços legais e sociais, a intolerância religiosa persiste no Brasil, influenciada por processos históricos de colonização e pela hegemonia das religiões cristãs. Essa realidade afeta diretamente o ambiente escolar, sobretudo nas instituições públicas, onde a diversidade religiosa é muitas vezes ignorada ou reprimida. A legislação brasileira, no entanto, busca garantir a liberdade de crença e combater práticas discriminatórias. O Código Penal, por exemplo, tipifica como crime atos de desrespeito a cultos ou crenças religiosas, estabelecendo penalidades claras:

"Art. 208. Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena — detenção, de um mês a um ano, ou multa" (BRASIL, 1940).

A intolerância religiosa no ambiente escolar representa um desafio significativo, especialmente em disciplinas que abordam temas ligados à religião de forma transversal, como História e Geografia. Para que a tolerância seja efetivamente promovida, é fundamental que o sistema educacional dialogue com as tradições religiosas e as universidades, construindo um espaço onde a diversidade seja reconhecida como um valor essencial. Somente por meio desse alinhamento será possível preencher lacunas educacionais e consolidar um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

A rejeição às religiões afro-brasileiras, como observa Renato da Silveira (2006), tem suas raízes no período escravocrata, quando o Brasil era dominado pela Igreja Católica. Nesse contexto, qualquer prática religiosa diferente era considerada crime, e os escravizados não tinham liberdade para expressar suas crenças. Ao serem trazidos da África, muitos foram proibidos de praticar suas tradições religiosas nativas. Entre os séculos XVI e XIX, estima-se que 3,6 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil, provenientes principalmente da

Nigéria, Benin, Angola, Congo e Moçambique, conforme apontado por Bastide (1978). Apesar da repressão, os escravizados preservaram elementos de suas heranças culturais e religiosas, adaptando-se às condições impostas.

O sincretismo religioso foi uma estratégia crucial para a sobrevivência das tradições africanas. Praticantes associavam divindades africanas, como os Orixás, Nkisis e Voduns, a santos católicos para evitar perseguições da Igreja e do Estado. Esse processo não apenas garantiu a continuidade dos rituais, mas também deu origem à pluralidade das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé, Xangô e Tambor de Mina. O surgimento dos primeiros terreiros ocorreu após a abolição da escravidão, com o terreiro Casa Branca do Engenho Velho sendo um dos mais antigos, inaugurado em 1830.

A regionalização das práticas religiosas e a constante adaptação às condições sociais moldaram as religiões afro-brasileiras em suas formas atuais. O sincretismo religioso foi fundamental, permitindo que os rituais incorporassem elementos das diversas culturas africanas trazidas ao Brasil, consolidando uma rica tradição espiritual que resiste às adversidades históricas. Esses movimentos refletem a resiliência dos escravizados e seus descendentes na luta pela preservação de sua identidade cultural e religiosa.

3.1 Causas da Intolerância Religiosa nas Escolas

O problema da intolerância religiosa no Brasil tem se intensificado nos últimos anos, gerando um crescente debate sobre a convivência das diferentes crenças religiosas na sociedade brasileira. Este fenômeno tem levado estudiosos da religião e teóricos da área social a refletirem sobre suas causas e consequências, especialmente à luz dos direitos fundamentais e da liberdade religiosa assegurados pela Constituição Brasileira. A intolerância religiosa é uma questão complexa, marcada por subjetivismos e preconceitos, e sua análise se torna ainda mais pertinente diante do cenário atual de crescente polarização religiosa no país. A Constituição Brasileira, em seu artigo 5º, inciso VI, garante a liberdade de crença, mas essa liberdade não é absoluta. O exercício de uma fé

não pode prejudicar o direito dos outros de exercerem suas próprias crenças, configurando um limite necessário à liberdade religiosa (BRASIL, 1988).

Segundo José Afonso da Silva (2002), o direito à liberdade religiosa compreende a liberdade de escolher, mudar ou mesmo não aderir a nenhuma religião. Silva esclarece que a liberdade de crença envolve também a liberdade de ser ateu ou agnóstico, e a prática religiosa se dá tanto na adoração a um ser divino quanto na vivência dos ritos e cerimônias próprias de cada tradição. Isso implica que a laicidade do Estado, que garante a separação entre as esferas religiosa e política, é essencial para assegurar que o poder civil e as igrejas possam atuar de forma independente. Como defendido por Carbonari (2011), o ensino sobre os direitos humanos, incluindo o respeito à diversidade religiosa, é fundamental para a formação de cidadãos que saibam viver em uma sociedade plural e respeitar as crenças e práticas do outro. Ele argumenta que a educação deve promover uma reflexão crítica sobre os direitos humanos e ensinar a convivência em uma sociedade diversificada, pois "o ser humano não nasce pronto; faz-se na interação com os outros" (CARBONARI, 2011, p. 45).

A intolerância religiosa, conforme observa Cavalcanti (2014), está enraizada culturalmente e pode se manifestar de formas que, embora inaceitáveis em uma perspectiva humanista contemporânea, foram legitimadas por contextos históricos e religiosos passados. Cavalcanti enfatiza que o poder da intolerância reside na sua capacidade de se infiltrar na cultura e nas práticas sociais, tornando-se um fenômeno difícil de erradicar. O estudo histórico da intolerância religiosa é, portanto, essencial para entender como as ideias intolerantes podem ser institucionalizadas e perpetuadas ao longo do tempo. A educação desempenha um papel crucial na desconstrução desses padrões, promovendo uma cultura de respeito e compreensão mútua.

No contexto educacional, o ensino sobre intolerância religiosa deve ser uma prioridade. É necessário que as escolas, além de promoverem o conhecimento sobre as religiões, incentivem uma reflexão crítica sobre a importância da laicidade do Estado e da liberdade religiosa. Como sugere Bauman (2017), a sociedade moderna, caracterizada pela fluidez das identidades e pela coexistência de diversas culturas e crenças, precisa de um sistema educacional capaz de formar indivíduos aptos a respeitar e conviver com as

diferenças. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais justa, compreensiva e tolerante, onde os direitos fundamentais de cada indivíduo sejam respeitados, especialmente no que tange à sua liberdade de crença e culto.

3.2 Consequências da Intolerância Religiosa no Ambiente Escolar

A intolerância religiosa no ambiente escolar pode ter consequências significativas para os alunos, afetando tanto seu bem-estar psicológico quanto seu desempenho acadêmico, além de prejudicar o clima escolar. Primeiramente, os impactos psicológicos são consideráveis. A exposição à intolerância religiosa pode gerar altos níveis de ansiedade, depressão e sentimentos de isolamento entre os estudantes, especialmente aqueles que pertencem a minorias religiosas. O bullying e a marginalização resultantes desse comportamento intolerante contribuem para o aumento do estresse psicológico, afetando negativamente a saúde mental dos alunos e sua capacidade de socialização (Akujieze, 2023; Barbosa, 2020).

Além disso, a intolerância religiosa também impacta diretamente o desempenho acadêmico dos estudantes. Ambientes escolares hostis, onde a discriminação religiosa está presente, criam distrações que dificultam a concentração e o engajamento dos alunos nas atividades escolares. A ansiedade resultante de um clima escolar tenso pode comprometer a motivação dos alunos, afetando seu rendimento em provas, projetos e outras atividades escolares. Estudos apontam que a presença de extremismo religioso nas escolas pode desencadear uma diminuição no desempenho acadêmico, pois alunos perturbados por discriminação têm mais dificuldades em focar nos estudos (Barbosa, 2020; Silva, 2021)

Por fim, o clima escolar como um todo sofre deterioração quando a intolerância religiosa é presente. As relações interpessoais entre alunos, professores e a instituição podem ser gravemente prejudicadas, criando um ambiente segregado e hostil. Em vez de promover a diversidade, escolas que não abordam a intolerância religiosa correm o risco de fomentar divisões e dificultar a colaboração em projetos escolares, afetando não apenas as atividades cotidianas, mas também a formação de uma cultura inclusiva e acolhedora (Silva, 2021)

Portanto, a intolerância religiosa nas escolas não só prejudica o bem-estar psicológico e acadêmico dos alunos, mas também enfraquece o ambiente social da instituição, tornando necessário um trabalho contínuo de promoção de tolerância e compreensão religiosa para garantir um espaço seguro e produtivo para todos os estudantes.

3.3 Estratégias de combate à intolerância religiosa nas escolas

Para combater a intolerância religiosa nas escolas, diversas estratégias têm sido implementadas com o objetivo de promover o respeito à diversidade religiosa e a construção de ambientes mais inclusivos. Uma dessas iniciativas é o projeto Lugares da Religião: Espaço, Patrimônio e Cultura Material em Campinas (SP), que visa educar alunos e professores sobre as múltiplas religiões presentes na sociedade brasileira. A proposta envolve oficinas, discussões e passeios que promovem o conhecimento das diferentes denominações religiosas, ajudando a quebrar estereótipos e a fomentar a empatia entre os estudantes. Através dessa abordagem, o projeto também capacita os educadores, fornecendo ferramentas para que se tornem mediadores de conhecimento sobre a diversidade religiosa de forma crítica e respeitosa (Fundação Telefônica Vivo, 2024)

Além disso, um estudo da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar revelou que o desconhecimento sobre outras crenças, aliado a visões preconceituosas, contribui para a persistência da intolerância religiosa entre os jovens. Este cenário tem sido refletido nas escolas, onde, em muitos casos, a prática do ensino religioso é centrada nas tradições cristãs, desconsiderando a pluralidade religiosa do Brasil. Especialistas indicam que a implementação de um ensino mais inclusivo e plural, aliado a práticas de sensibilização e debates sobre as várias manifestações religiosas, pode ajudar a diminuir a discriminação e a violência simbólica no ambiente escolar (Instituto Unibanco, 2024)

Programas educacionais como esses são fundamentais, pois, ao promoverem o respeito à diversidade religiosa, contribuem não apenas para a

redução da intolerância, mas também para a melhoria das relações interpessoais e do clima escolar, criando um ambiente mais saudável e acolhedor para todos os estudantes.

4. EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

A educação enfrenta debates constantes para aprimorar as políticas educacionais, visando à qualidade e à inclusão. Bernard Charlot destaca que o conceito de "qualidade da educação" abrange uma ampla gama de questões inter-relacionadas, como a eficácia das políticas e a organização das instituições escolares. Para ele, repensar o ensino é crucial para mitigar preconceitos presentes nas escolas (Charlot, 2021).

No contexto do Ensino Religioso, Taciana Brasil ressalta as controvérsias sobre a abordagem confessional ou não confessional e o respeito à diversidade religiosa. Segundo a legislação brasileira, o Ensino Religioso deve ser não confessional, promovendo a compreensão das diversas expressões religiosas sem favorecer uma crença específica (BRASIL, 2023). Assim, o desafio está em equilibrar a neutralidade do Estado e o respeito à diversidade cultural.

A função social da escola, como aponta Vágner de Souza Rodrigues, ultrapassa a transmissão de habilidades técnicas. A escola deve preparar os indivíduos para a cidadania crítica, reconhecendo as diversidades locais e promovendo a inclusão (Rodrigues, 2019). Charles Klemz complementa essa visão ao afirmar que a convivência com a diversidade enriquece a sociedade e desafia padrões universalistas que excluem minorias (Klemz, 2023).

Paulo Freire enfatiza que a educação deve ser um processo de conscientização e transformação social, promovendo o diálogo e o pensamento crítico para combater opressões, incluindo a intolerância religiosa. Freire alerta que a opressão leva ao medo da liberdade, perpetuando comportamentos de submissão (Freire, 2011).

Por outro lado, Émile Durkheim argumenta que a educação desempenha um papel na coesão social ao transmitir valores morais e culturais. Ele vê a escola como um espaço essencial para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade (Durkheim, 2007).

Promover uma educação inclusiva exige abordar a diversidade em todas as suas formas, como religião, etnia, gênero e orientação sexual. Eliane Moura da Silva propõe que o ensino das religiões nas escolas públicas deve ser tratado como um conteúdo de diversidade cultural, valorizando a alteridade e a cidadania (Silva, 2004).

5. RELATOS DE CASOS REAIS E ESTUDOS EMPÍRICOS

Casos de intolerância religiosa nas escolas são expressões de discriminação que evidenciam a necessidade de ações educativas e políticas para a promoção da convivência e do respeito à diversidade. Relatos como o de uma professora candomblecista que enfrentou coros de "macumbeira" em uma escola demonstram o preconceito frequentemente direcionado a religiões de matriz africana. Esses casos refletem um duplo problema: a falta de conhecimento sobre as práticas religiosas e o racismo estrutural, já que essas religiões estão associadas à cultura afro-brasileira (Baldioti, 2021)

Um exemplo significativo foi o caso de uma menina de 11 anos, apedrejada ao sair de um culto de candomblé, em 2015. Este episódio, que ganhou repercussão nacional, revela como a intolerância pode levar à violência física e psicológica, especialmente quando reforçada por estereótipos religiosos negativos. A associação entre práticas religiosas e demonização é uma das causas mais recorrentes dessa discriminação (Revista Arco, 2022)

As medidas adotadas pelas escolas frente a esses episódios variam. Algumas instituições buscam implementar rodas de diálogo e projetos inter-religiosos para promover o respeito mútuo, enquanto outras limitam suas ações à punição dos envolvidos, sem abordar a raiz do problema. Estudos indicam que a simples punição não é eficaz para reduzir a intolerância a longo prazo. É necessário incorporar uma educação voltada para os direitos humanos, que inclua o respeito às diversas expressões religiosas e culturais (Fernandes, 2020; Colabora, 2021)

Dessa forma, fica evidente a importância de ações preventivas e educativas, como a formação de professores sobre diversidade religiosa e a inclusão de conteúdos que promovam o entendimento e o respeito às diferentes crenças nos currículos escolares. Esses esforços podem ajudar a combater o

silenciamento, a exclusão e até mesmo a evasão de estudantes afetados pela intolerância religiosa.

A intolerância religiosa no Brasil tem uma história longa e dolorosa, com um agravamento nos últimos anos. Apesar de o fenômeno não ser novo, as abordagens institucionais e sociais têm evoluído, especialmente desde 2009, quando foi criado um guia para combater a intolerância religiosa no país (Nóbrega, 2010). Diversas iniciativas passaram a ser implementadas para proteger os grupos de religiões de matriz africana, que são, tradicionalmente, os mais afetados por essa violência.

A pesquisa de Nóbrega (2010) aponta que, de 2009 a 2019, houve um aumento significativo na visibilidade e nas denúncias de agressões religiosas. Entre 2012 e 2015, o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram os estados com maior número de incidentes. A violência contra os praticantes de religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, tornou-se um ponto crítico nas políticas de proteção dos direitos humanos (Santos, 2017). Durante esse período, a mídia também desempenhou papel importante na denúncia de tais agressões, especialmente com o aumento de registros sobre muçulmanos sendo vítimas de violência religiosa, associada aos atentados terroristas no Oriente Médio.

O caso de Kailane, uma menina de 11 anos agredida em 2015, é um exemplo da violência religiosa contra crianças e adolescentes, um dos grupos mais vulneráveis à intolerância (Silva, 2018). Além das vítimas físicas, a violência religiosa atinge

também a construção de identidade e autoestima desses grupos. A pesquisa de Souza (2019) afirma que, na década de 2010, o crescimento das denúncias de intolerância religiosa no Brasil, em particular contra religiões de matriz africana, está intimamente ligado a um aumento da radicalização religiosa em várias partes do país, com destaque para favelas e áreas marginalizadas.

A pesquisa de Machado e Costa (2020) também observa que, em muitas situações, a intolerância religiosa é um reflexo das desigualdades sociais e econômicas, exacerbadas pela pobreza, especialmente nas favelas cariocas, onde grupos pentecostais, por exemplo, promovem uma narrativa de "salvação" que se opõe diretamente às religiões de matriz africana. A violência religiosa nesses espaços, segundo o estudo de Ferreira (2017), é muitas vezes vista como uma

forma de reafirmação de poder sobre as populações marginalizadas e seus costumes religiosos.

Portanto, a intolerância religiosa no Brasil continua sendo um problema complexo e enraizado, envolvendo questões históricas, sociais e políticas, com desafios contínuos para a proteção dos direitos religiosos dos cidadãos.

6. IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A formação continuada de educadores é uma estratégia central para enfrentar a intolerância religiosa nas escolas, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Segundo Amaral (2018), o papel do educador transcende a transmissão de conhecimento acadêmico, sendo também essencial na construção de valores que fomentem a convivência pacífica em sociedades plurais. Assim, capacitar professores para lidar com a diversidade religiosa é uma demanda cada vez mais urgente no contexto educacional.

Um dos desafios enfrentados pelos docentes é a ausência de formação específica que os prepare para abordar questões relacionadas à diversidade religiosa. Como aponta Oliveira (2020), muitos educadores demonstram insegurança ao tratar de temas sensíveis, o que reforça a necessidade de capacitações que integrem metodologias ativas e reflexivas, permitindo-lhes mediar conflitos e desconstruir preconceitos dentro do ambiente escolar. Além disso, é fundamental que esses programas de formação contemplem a realidade multicultural das escolas brasileiras, promovendo práticas pedagógicas que respeitem as especificidades locais e valorizem a pluralidade religiosa (SILVA, 2019).

A criação de espaços para o diálogo também se destaca como uma ferramenta eficaz. Tais espaços permitem que educadores e alunos compartilhem experiências e desenvolvam uma compreensão mútua. Nesse sentido, Freire (1996) defende a importância do diálogo como prática libertadora, fundamental para a transformação social e o combate a preconceitos. Implementar atividades que envolvam

debates, oficinas e exposições sobre diferentes tradições religiosas pode fomentar uma maior aceitação das diferenças e fortalecer o respeito às crenças alheias.

As experiências de boas práticas já implementadas em algumas redes escolares podem servir como referência. Um exemplo notável é o programa Educação para a Paz, que busca integrar a diversidade cultural e religiosa nos currículos escolares, promovendo ações que desenvolvam a empatia e o respeito (COSTA, 2021). A replicação de iniciativas como essa em outras escolas poderia ser um passo importante para reduzir os casos de intolerância religiosa no ambiente escolar.

Portanto, investir na formação continuada de educadores, aliada a práticas pedagógicas inclusivas, é um caminho promissor para combater a intolerância religiosa nas escolas, promovendo não apenas a coexistência, mas também a valorização da diversidade cultural e religiosa.

7. PAPEL DA FAMÍLIA NO COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS ESCOLAS

O papel da família no combate à intolerância religiosa nas escolas é fundamental, pois a família é a primeira instituição social responsável pela formação dos valores e atitudes das crianças. A educação para o respeito à diversidade religiosa deve iniciar no ambiente familiar, onde os pais e responsáveis podem fomentar o diálogo, a empatia e o entendimento das diferentes crenças e práticas religiosas. Esse processo de formação inicial reflete diretamente no comportamento das crianças na escola, influenciando a forma como interagem com colegas de diferentes religiões (FREIRE, 2010).

De acordo com o artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal de 1988, é inviolável a liberdade de crença e consciência, garantindo o respeito às práticas religiosas e à convivência pacífica entre diferentes

grupos. A família desempenha um papel indispensável na aplicação desse princípio, especialmente ao promover atitude de respeito e tolerância dentro de casa (BRASIL, 1988). Quando os pais modelam comportamentos inclusivos e incentivam a compreensão das diferenças, criam-se as bases para que as crianças desenvolvam atitudes positivas em relação à diversidade religiosa.

Estudos apontam que a ausência de diálogo em casa sobre temas relacionados à religião e às diferenças culturais pode perpetuar preconceitos e discriminação no ambiente escolar. De acordo com Santos (2022), as crianças absorvem comportamentos e valores observados em seus cuidadores, o que reforça a importância de uma educação inclusiva dentro do lar. Pais que incentivam a leitura, a discussão e o envolvimento em atividades multiculturais oferecem às crianças a oportunidade de aprenderem sobre a pluralidade de crenças e práticas existentes, reduzindo assim as chances de comportamentos intolerantes na escola.

Além disso, a interação ativa entre famílias e escolas pode ampliar a eficácia do combate à intolerância religiosa. Parcerias entre esses dois pilares da educação são essenciais para a construção de um ambiente escolar inclusivo. A realização de eventos como feiras culturais, palestras e rodas de conversa que envolvam pais, alunos e educadores pode ser uma estratégia eficaz. Por exemplo, o projeto "Respeite Meu Terreiro", promovido por organizações educacionais e culturais, demonstra como iniciativas que valorizam as tradições afro-brasileiras e promovem o diálogo inter-religioso podem reduzir preconceitos e promover a convivência harmônica (MDHC, 2024).

Outro aspecto relevante é o papel da família em identificar e corrigir comportamentos intolerantes que possam surgir em casa. Conforme Silva (2021), os pais devem estar atentos às manifestações de preconceito e agir prontamente para educar as crianças sobre os valores de igualdade e respeito. Isso inclui o uso de materiais educativos que abordem a diversidade religiosa de maneira didática e

acessível, ajudando a desmistificar preconceitos e a criar uma cultura de aceitação.

Assim, a família é um agente crucial na formação de uma geração mais tolerante e respeitosa. Quando os valores de respeito à diversidade são ensinados e vivenciados em casa, a criança carrega esses princípios para a escola e outros ambientes sociais. Essa abordagem integrada entre família e escola contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a convivência pacífica entre diferentes crenças religiosas é uma realidade.

8. RESULTADOS

A intolerância religiosa, tema central deste estudo, pode ser definida como a recusa ao direito do outro de professar suas crenças religiosas. Goffman (2009), definiu que essa negação do direito à liberdade religiosa é frequentemente alimentada por estigmatizações e estereótipos, os quais marginalizam aqueles que não seguem a religião majoritária ou dominante em uma sociedade. Essa compreensão da intolerância como uma violação das liberdades individuais se conecta diretamente com a questão da discriminação religiosa nas escolas, especialmente contra religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, que historicamente têm sido alvos de preconceito e violência.

A obra de Renato da Silveira (2006) propõe um entendimento do processo de resistência cultural e religiosa das comunidades afro-brasileiras, especialmente após o período da escravidão, quando o catolicismo impôs a negação das religiões indígenas e africanas.

A teoria de Zygmunt Bauman (2017), que discute a "modernidade líquida", oferece uma análise importante para entender como as relações sociais e as identidades são fluidas e em constante transformação, o que torna mais fácil o surgimento de conflitos relacionados à religião e à crença. Bauman observa que, na sociedade moderna, as identidades são frequentemente desafiadas por transformações rápidas e profundas, e isso pode gerar tensões em

ambientes educacionais onde há uma diversidade de crenças. Nesse sentido, a educação religiosa precisa ser capaz de promover a convivência pacífica e o respeito à diversidade, não apenas como uma forma de "tolerância", mas como uma verdadeira aceitação das diferenças.

No contexto educacional, a educação em direitos humanos surge como uma das estratégias mais eficazes para combater a intolerância religiosa. Carbonari (2011) é um dos autores que defende a implementação de programas de formação docente voltados para a diversidade religiosa. Para ele, os educadores têm um papel central na construção de valores de respeito, solidariedade e cidadania. Ele argumenta que a formação de cidadãos que saibam viver em uma sociedade plural exige que os educadores estejam preparados para lidar com as questões de diversidade religiosa de maneira crítica e construtiva, criando um ambiente escolar inclusivo onde todas as crenças são respeitadas.

A legislação brasileira, em especial a Constituição de 1988, que garante a liberdade religiosa em seu artigo 5º, assegura que o estado brasileiro tenha o direito à liberdade religiosa e ao culto, mas, como discutido por José Afonso da Silva (2002), esse direito deve ser balanceado com o respeito aos direitos de outros indivíduos, de modo a evitar práticas discriminatórias. A educação deve promover o entendimento de que a liberdade religiosa não significa a imposição de uma única visão, mas o respeito e a convivência pacífica entre diferentes crenças.

Paulo Freire (1996), apresenta uma abordagem contemporânea da educação, ocupando um lugar fundamental nesta pesquisa. Ele enfatiza a importância de uma educação que seja capaz de desenvolver o pensamento crítico nos alunos e de conscientizá-los sobre as opressões sociais, incluindo a intolerância religiosa. Para Freire, a educação é um ato de coragem e deve ser uma ferramenta para questionar as estruturas de poder, incluindo os preconceitos e estigmas religiosos que marcam a sociedade.

Além disso, Rodrigues (2019) e Ataíde (2017) discutem a função social da escola e a importância de um ensino que respeite a diversidade religiosa, proporcionando um ambiente onde as diferenças possam ser reconhecidas e celebradas. Ambos destacam que a escola tem a responsabilidade de preparar os alunos para viver em uma sociedade plural, respeitando e entendendo as diferentes manifestações religiosas. Para isso, é essencial que o currículo escolar e as metodologias adotadas sejam inclusivos e sensíveis às necessidades de alunos de diferentes crenças.

Em resumo, a pesquisa bibliográfica serviu de base para a construção de uma visão mais ampla sobre o fenômeno da intolerância religiosa nas escolas, e suas raízes históricas, culturais e sociais. A partir dos conceitos e teorias apresentados por autores como Goffman, Bauman, Silveira, Freire, e Carbonari, foi possível perceber que, para combater a intolerância religiosa nas escolas, é necessário não só a aplicação de políticas educacionais que promovam a diversidade, mas também uma reestruturação das práticas pedagógicas que favoreçam o respeito e a convivência pacífica entre diferentes crenças. Além disso, é fundamental que os educadores sejam capacitados para lidar com essas questões de forma crítica, reflexiva e empática, promovendo um ambiente escolar onde todos possam se sentir respeitados e acolhidos, independentemente de sua religião.

8.1 Questionário

Essa pesquisa teve como objetivo investigar as percepções e experiências dos estudantes com relação ao Ensino Religioso nas escolas. A metodologia adotada foi a aplicação de um questionário com 12 perguntas de múltipla escolha, coletando respostas de 21 alunos. As respostas obtidas visam entender como os estudantes veem a disciplina de Ensino Religioso, suas atitudes e experiências relacionadas.

A partir dos resultados obtidos, 61,9% (13 alunos) dos participantes têm entre 12 e 14 anos, enquanto 38,1% (8 alunos) pertencem à faixa de 15 a 18 anos. Quando questionados sobre a importância de conhecer os diversos tipos

de religião existentes no país, 61,9% (13 alunos) consideram esse conhecimento importante, 14,3% (3 alunos) não consideram relevante e 23,8% (5 alunos) se mostraram indiferentes. Sobre a facilidade em desenvolver as atividades sobre o ensino religioso aplicadas pelo professor, 52,4% (11 alunos) afirmaram que às vezes têm facilidade, 33,3% (7 alunos) relataram sempre ter facilidade e 14,3% (3 alunos) indicaram que raramente conseguem realizar as atividades com tranquilidade.

Em relação à realização de atividades de Ensino Religioso em casa, 4,8% (1 aluno) disseram que realizam essas atividades todos os dias, 57,1% (12 alunos) apenas quando têm tarefas de casa, 23,8% (5 alunos) só nos períodos de provas, e 14,3% (3 alunos) nunca fazem. Quanto ao gosto pela disciplina, 90,5% (19 alunos) afirmaram que gostam de Ensino Religioso, enquanto 9,5% (2 alunos) disseram que não gostam. Os motivos para a rejeição incluíram o fato de acharem a matéria "chata" (2 alunos), "sem importância" (2 alunos) ou por acreditarem que "religião não se aprende na escola" (4 alunos). Sobre as formas de aprendizagem mais eficazes, 61,9% (13 alunos) disseram aprender mais ouvindo o(a) professor(a) falar, enquanto 19% (4 alunos) preferem ler a matéria e fazer atividades, e outros 19% (4 alunos) optam por assistir a filmes sobre o tema. Nenhum aluno mencionou aprender mais por meio de teatro ou leitura de livros/artigos. Quanto ao conteúdo abordado, 19% (4 alunos) responderam que a disciplina aborda todas as religiões, 76,2% (16 alunos) acreditam que sim, mas apenas às vezes, e 4,8% (1 aluno) disseram que não.

Quando questionados sobre se a disciplina aborda questões importantes para a sociedade, 52,4% (11 alunos) responderam que sim, enquanto 47,6% (10 alunos) disseram que isso ocorre apenas às vezes. Nenhum aluno afirmou que essas questões não são abordadas. Por fim, no tocante à intolerância religiosa no ambiente escolar, 57,1% (12 alunos) dos estudantes disseram já ter presenciado esse tipo de situação, enquanto 42,9% (9 alunos) afirmaram nunca ter testemunhado episódios de intolerância. Este dado revela a urgência de discutir o respeito às crenças no espaço escolar e o papel da disciplina na promoção da tolerância.

9. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, a discussão dos resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo será integrada, com o objetivo de analisar as descobertas e suas implicações para a compreensão da intolerância religiosa nas escolas. A pesquisa bibliográfica forneceu os fundamentos teóricos, enquanto os dados empíricos obtidos através do questionário aplicado aos alunos revelaram percepções e atitudes sobre o Ensino Religioso e a convivência religiosa nas escolas. A comparação entre essas duas fontes de dados permite uma reflexão mais profunda sobre a relação entre teoria e prática educacional, além de destacar possíveis lacunas e oportunidades de melhoria nas estratégias pedagógicas.

A pesquisa bibliográfica revelou conceitos fundamentais sobre a intolerância religiosa, destacando suas causas históricas, sociais e culturais. Autores como Bauman (2017) e Goffman (2009) abordam a intolerância religiosa como um fenômeno social complexo, alimentado por estigmas, preconceitos e visões dogmáticas que precarizam grupos cujas crenças não se alinham com a maioria. Esses conceitos se refletem diretamente nos resultados da pesquisa de campo, que indicam que 57,1% dos alunos já presenciaram episódios de intolerância religiosa no ambiente escolar. Esse dado corrobora a ideia de que a intolerância religiosa ainda está presente nas escolas, impactando negativamente a convivência e o bem-estar dos estudantes. A pesquisa empírica também revelou que, apesar de a maioria dos alunos reconhecer a importância do conhecimento sobre a diversidade religiosa (61,9%), uma parte significativa ainda demonstra indiferença ou desinteresse pelo tema (23,8% e 14,3%, respectivamente). Esse padrão sugere que, embora haja uma compreensão teórica sobre a importância de respeitar as diferenças religiosas, o ensino religioso nas escolas não tem conseguido engajar os alunos de forma contínua e significativa, o que se alinha à crítica feita por Bauman (2017) sobre a resistência ao desconhecido em uma sociedade plural.

O questionário também revelou que, apesar de 90,5% dos alunos afirmarem

gostar da disciplina de Ensino Religioso, ainda há uma percepção de que a matéria é “chata” ou “sem importância” para alguns (9,5%). Esse dado reflete a necessidade de repensar a abordagem pedagógica dessa disciplina, uma vez que, de acordo com Freire (1996), a educação deve ser um processo que envolva criticamente os alunos, proporcionando um espaço para reflexão e transformação social. A pesquisa bibliográfica também apontou que, para que a intolerância religiosa seja combatida efetivamente, é necessário que a educação religiosa se torne mais dinâmica e crítica, favorecendo a compreensão da pluralidade religiosa e o respeito pelas crenças diferentes. Rodrigues (2019) e Ataíde (2017) destacam a importância de uma abordagem inclusiva, que permita aos alunos refletirem sobre as diversas manifestações religiosas de maneira construtiva e respeitosa.

Em relação à realização de atividades de Ensino Religioso em casa, os resultados mostraram que a maioria dos alunos só se dedica a essas atividades quando são obrigados, como em tarefas de casa ou durante os períodos de provas. Apenas um pequeno número de alunos realiza essas atividades de forma regular (4,8%). Esse padrão sugere uma desconexão entre o conteúdo do Ensino Religioso e o cotidiano dos alunos, refletindo um desinteresse que poderia ser mitigado com a implementação de metodologias mais envolventes e aplicáveis à vida prática dos estudantes. Carbonari (2011) aponta que a educação para os direitos humanos deve ser integrada ao currículo escolar, promovendo uma formação cidadã que respeite e valorize a diversidade religiosa. Portanto, é fundamental que as escolas não apenas abordem a diversidade religiosa de maneira pontual, mas que integrem esses conteúdos de forma transversal, estimulando os alunos a aplicarem os conhecimentos adquiridos no dia a dia.

A análise dos dados também apontou uma forte preferência dos alunos por métodos tradicionais de ensino, como ouvir o professor (61,9%), o que está em consonância com a crítica de Freire (2011) sobre a necessidade de metodologias que não se limitem à transmissão passiva de conhecimento. Embora o ensino tradicional tenha sua importância, é necessário incorporar estratégias que estimulem a participação ativa dos alunos, como debates, projetos inter-religiosos e

atividades práticas que promovam a reflexão crítica sobre o papel da religião na sociedade e nas relações sociais. Essas metodologias mais dinâmicas podem ajudar a desconstruir estigmas e preconceitos, além de proporcionar uma maior compreensão da diversidade religiosa.

No que diz respeito à aplicabilidade dos conceitos discutidos na pesquisa bibliográfica, os dados empíricos indicam que, apesar de um reconhecimento da importância do respeito à diversidade religiosa, as escolas ainda enfrentam desafios na implementação de práticas educacionais que efetivamente promovam a convivência pacífica entre as diferentes crenças. O questionário revelou que a maioria dos alunos não tem uma visão clara sobre o papel da educação religiosa na formação de uma cultura de paz e respeito às diferenças, o que reflete uma necessidade de aprimoramento nas estratégias de ensino. Bauman (2017) e Goffman (2009) destacam que a intolerância religiosa não é apenas um fenômeno individual, mas um reflexo das estruturas sociais que alimentam a exclusão. Nesse sentido, as escolas têm um papel fundamental na formação de cidadãos que compreendam a importância da convivência em sociedade e da aceitação das diferenças.

Por fim, as limitações da pesquisa de campo, como o tamanho da amostra e o formato do questionário, devem ser consideradas. Embora os dados forneçam uma visão significativa sobre a percepção dos alunos, a amostra pode não ser totalmente representativa de todas as realidades escolares, especialmente considerando as diferenças regionais e culturais do Brasil. Além disso, o formato das perguntas pode ter limitado a profundidade das respostas, sugerindo que futuras pesquisas poderiam incluir entrevistas ou grupos focais para explorar mais profundamente as experiências pessoais dos alunos e as dinâmicas de intolerância religiosa nas escolas.

A pesquisa também não abordou aspectos como a formação dos professores, os recursos pedagógicos disponíveis ou as políticas educacionais específicas adotadas pelas escolas, o que poderia proporcionar uma compreensão mais completa sobre os desafios e as oportunidades na luta contra a intolerância religiosa. Futuras

investigações poderiam ampliar a amostra e explorar essas questões em maior profundidade, para que as estratégias de ensino possam ser adaptadas de acordo com as necessidades reais dos estudantes e das instituições.

Em conclusão, a comparação entre os resultados da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo revela que, embora os alunos reconheçam a importância do conhecimento sobre a diversidade religiosa e manifestem uma opinião positiva sobre a disciplina de Ensino Religioso, a abordagem atual ainda está aquém do ideal. A intolerância religiosa nas escolas pode ser combatida de forma mais eficaz se forem adotadas metodologias mais dinâmicas e inclusivas, que incentivem o respeito e a convivência pacífica entre as diversas crenças. Para isso, é necessário um esforço

coletivo entre educadores, gestores, alunos e famílias para transformar o Ensino Religioso em uma disciplina que não só informe, mas também promova a reflexão crítica e a prática da tolerância religiosa no dia a dia escolar.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intolerância religiosa nas escolas não é apenas uma manifestação de preconceito individual, mas reflete problemas estruturais profundamente enraizados na sociedade brasileira. Este estudo teve como objetivo compreender as causas, consequências e estratégias para mitigar esse fenômeno, especialmente no contexto escolar, onde as diferenças deveriam ser valorizadas como fonte de aprendizado e crescimento coletivo. A análise revelou que práticas discriminatórias, em particular contra religiões de matriz africana, têm suas raízes no passado escravocrata do país, perpetuadas por processos históricos e culturais que associam essas religiões a estigmas negativos. A intolerância religiosa, portanto, não é um problema isolado, mas um reflexo de uma sociedade marcada por desigualdades e exclusões históricas.

Casos como o de uma professora candomblecista hostilizada em sala de aula, ou o episódio de violência física contra uma criança adepta do candomblé, ilustram claramente o impacto devastador da intolerância religiosa. Esses exemplos não são exceções, mas representações de um problema sistêmico que afeta o bem-estar individual e prejudica o clima escolar como um todo. A discriminação religiosa alimentada pela desinformação e pelos preconceitos não só afeta os estudantes diretamente envolvidos, mas também compromete o ambiente de aprendizagem, criando barreiras ao desenvolvimento de uma cidadania plena e inclusiva, onde todos os alunos possam se sentir respeitados e acolhidos, independentemente de sua crença.

No entanto, a simples aplicação de penalidades legais, como o artigo 208 do Código Penal Brasileiro, embora necessária, não é suficiente para erradicar a intolerância religiosa de maneira eficaz. As escolas precisam se transformar em agentes de mudança social, implementando práticas pedagógicas que celebrem a diversidade cultural e religiosa. A formação dos educadores deve ser repensada, incluindo conteúdos sobre pluralidade religiosa e abordagens para resolver conflitos e preconceitos de forma construtiva. A criação de projetos inter-religiosos e rodas de diálogo são ferramentas poderosas para promover o respeito mútuo e fomentar a empatia entre os estudantes de diferentes crenças.

Ademais, é essencial incluir conteúdos relacionados à diversidade religiosa nos currículos escolares, de maneira transversal, para desconstruir preconceitos desde as primeiras etapas da educação. Disciplinas como História, Sociologia e Filosofia têm um papel crucial na formação de uma consciência crítica, que valorize as contribuições de diversas tradições religiosas para a sociedade brasileira. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço onde as diferenças não sejam vistas como fontes de conflito, mas como um valor intrínseco que contribui para a riqueza do ambiente escolar. A convivência com a diversidade religiosa deve ser um processo natural no cotidiano escolar, permitindo que os alunos se sintam parte de uma sociedade plural e respeitosa.

Em conclusão, a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa demanda um esforço coletivo que envolva não apenas educadores e gestores escolares, mas também as famílias, as comunidades religiosas e o poder público. Somente com a união de todos esses atores será possível construir uma cultura de paz e convivência pacífica, transformando as escolas em ambientes de inclusão e respeito à diversidade. Este estudo reforça a necessidade de ações educativas contínuas e integradas, que enfrentem não apenas as manifestações explícitas de intolerância religiosa, mas também suas raízes mais profundas, para garantir um futuro mais justo e plural para as próximas gerações. O combate à intolerância religiosa nas escolas exige mais do que medidas punitivas; requer a construção de uma educação que, de fato, transforme a sociedade, criando cidadãos capazes de respeitar e conviver pacificamente com as diferenças.

REFERÊNCIAS

AKUJIEZE, A. **O impacto da intolerância religiosa na saúde mental dos estudantes**. Journal of Education and Society, v. 15, n. 4, p. 202-213, 2023.

ALVARENGA, M. A. P. **Bullying Religioso nas Escolas: Desafios e Perspectivas**. Revista de Estudos da Religião, v. 15, n. 2, p. 85-102, 2016.

AMARAL, João. **Educação e diversidade: desafios para o século XXI**. São Paulo: Contexto, 2018.

ATAIDE, R. **Religião e multiculturalismo: Reflexões para a educação**. São Paulo: Edusp, 2017.

BARBOSA, R. A. **Educação e diversidade religiosa: Reflexões e práticas educacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BARBOSA, T. **O efeito do bullying religioso no desempenho acadêmico**. Revista Brasileira de Psicologia Escolar, v. 12, n. 3, p. 133-145, 2020.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil: Rituais e crenças**. São Paulo: Pioneira, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CARBONARI, P. **Educação e direitos humanos: Saberes e práticas para a formação do cidadão**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

CAVALCANTI, M. S. **A intolerância religiosa na história: Reflexões e análises sobre a cultura de exclusão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

COSTA, Ana. **Educação para a paz: práticas pedagógicas para a convivência democrática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

DURKHEIM, É. **O ensino da moral na escola primária**. Novos Estudos CEBRAP, 2007.

FERREIRA, A. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

FERREIRA, P. **Desigualdade social e intolerância religiosa: Uma análise crítica da violência nas favelas cariocas**. Revista de Antropologia e Cultura, v. 28, n. 1, p. 45-60, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do respeito: a formação dos valores e atitudes na infância**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e saber: o conceito de tolerância na sociedade contemporânea**. Tradução de Maria Ermantina G. B. de A. Almeida. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

HABERMAS, J. **Religião e Razão Pública: A razão moderna e o espaço público democrático**. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KLEMZ, C. **Inclusão ou diversidade? Identidade!** Identidade, v. 28, n. 1, 2023.

MACHADO, Humberto dos Santos. **Intolerância religiosa nas escolas: um estudo sobre a diversidade religiosa no Brasil e suas implicações no ambiente escolar**. 2018. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/licciso/images/TCC_Final_HUMBERTO_DOS_SANTOS_MACHADO_JUNIOR.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

MDHC. **Respeite Meu Terreiro: Combate ao Racismo Religioso nas Escolas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2024.

NÓBREGA, J. **Religiões e intolerância: O cenário brasileiro**. São Paulo: Editora Caminho, 2010.

OLIVEIRA, Maria Clara. **Práticas inclusivas no ensino básico: estratégias para a diversidade religiosa**. Revista Educação e Cultura, v. 10, n. 2, p. 45-67, 2020.

PINTO, André Bakker da Silveira. **Violência religiosa nas escolas e o impacto no desenvolvimento socioemocional dos alunos**. 2020. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/wp-content/uploads/2024/04/PT-ES-EN-Ebook-Reconectar.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RODRIGUES, V. S. **Função social da escola: A contribuição do Projeto Escola da Vida**. São Leopoldo: Faculdades EST, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Intolerância religiosa e a educação: desafios para os direitos humanos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2017.

SANTOS, Kamila Cristina da Silva Teixeira; GÓIS, João Bosco Hora. **Discriminação contra religiões de matriz africana nas escolas brasileiras**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/download/11415/6827/59759>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, M. **Religiões afro-brasileiras e a luta contra a intolerância religiosa no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Sociais, v. 34, n. 2, p. 85-98, 2017.

SANTOS, Maria Lúcia. **Educação e Diversidade Religiosa: Um Olhar Para o Ambiente Familiar**. São Paulo: Editora Educação e Cultura, 2022.

SILVA, E. M. **Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania**. Revista de Estudos da Religião, 2004.

SILVA, F. **O impacto da intolerância religiosa na infância e adolescência: O caso de Kailane e outros relatos**. Estudos em Direitos Humanos, v. 26, n. 4, p. 150-165, 2018.

SILVA, J. A. **Direitos Humanos e a Constituição Brasileira: O direito à liberdade religiosa**. São Paulo: Editora Malheiros, 2002.

SILVA, João Paulo. **Família e Intolerância Religiosa: Desafios e Estratégias Educativas**. Porto Alegre: Editora Inclusiva, 2021.

SILVA, L. **Intolerância religiosa no contexto escolar: Desafios e soluções**. Educação e Diversidade, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2021.

SILVEIRA, R. da. **A resistência cultural afro-brasileira**. São Paulo: Edusp, 2006.

SINGER, Peter. **Practical ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SOUZA, A. **Radicalização religiosa no Brasil: O caso dos muçulmanos e religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Editora Soluções, 2019.

SOUZA, Maria José Aviz do Rosário; ROSÁRIO, Luiz Felipe Gonçalves do. **Intolerância religiosa no contexto escolar: uma análise das políticas públicas e da sociedade brasileira**. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/download/7893/5799>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. **The social identity theory of intergroup behavior**. In: WORCHEL, S.; AUSTIN, W. G. (Eds.). *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson-Hall, 1986.

T. BRASIL. **O ensino religioso nas escolas e a diversidade cultural**. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 2024.

TAYLOR, Charles. **A secularização e a convivência das religiões**. São Paulo: Loyola, 1998.